



MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (DCASP)

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 *Natureza Jurídica da entidade:* Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, administração pública municipal, com personalidade jurídica, dotada de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sobre o número 83.102.285/0001-07;

1.2 *Domicílio:* Estabelecido na Rua Dinamarca, 320, Bairro Das Nações, na cidade de Balneário Camboriú, Santa Catarina;

1.3 *Natureza das operações e principais atividades da entidade:* Regida pela Lei Orgânica do Município aprovada em 03 de abril de 1990, tem como objetivos fundamentais assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento local e regional, contribuir para o desenvolvimento estadual ou nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

1.1 *Declaração de conformidade:* As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, observou ainda o elenco de contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina bem como todas as determinações impostas pelo mesmo, Portarias, Manual e IPCs da Secretaria do

Tesouro Nacional, de forma parcial as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16).

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Administração Direta e Indireta é composta pela seguintes entidades:

- a) Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú
- b) Fundação Cultural de Balneário Camboriú
- c) Fundação Municipal de Esportes
- d) Fundo Municipal de Assistência à Saúde do Servidor Público
- e) Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros de Balneário Camboriú
- f) Fundo Municipal de Assistência Social
- g) Fundo Municipal de Saúde
- h) Fundo Municipal de Trânsito
- i) Fundo Municipal de Turismo
- j) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor
- k) Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente
- l) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- m) Fundo Municipal do Bem Estar Social
- n) Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Balneário Camboriú
- o) Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú
- p) Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

2.1 Base de mensuração utilizada: Os ativos e passivos integrantes do patrimônio público apresentados nas demonstrações contábeis têm por base o custo histórico das transações.

2.2 Novas normas e políticas contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as novas práticas contábeis adotadas no Brasil para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, incluindo as orientações emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e os padrões estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão este responsável pela padronização das contas em nível nacional.

Criação de comissão municipal de levantamento e avaliação dos bens móveis para a produção de relatório e avaliação inicial e posterior “Ajustes de exercícios anteriores” na conta do ativo imobilizado, conforme demanda a regra.

2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

- 2.3.1 Em relação aos procedimentos contábeis abrangidos pela Portaria STN nº 828/2011, o município editou os seguintes Decretos: nº 6520, de 28/03/2012, nº 6848 de 07/12/2012, nº 6961 de 01/04/2013, nº 7614 de 03/12/2014 e nº 8380, de 09/11/2016, no sentido de estabelecer prazos para a adoção dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais.
- 2.3.2 A entidade registrou e evidenciou os créditos a receber, quando possível, seguindo parcialmente o regime de competência.
- 2.3.3 A dívida ativa bem como sua movimentação, incluindo os respectivos ajustes para perdas, foram reconhecidos, mensurados, evidenciados durante o exercício, também de forma parcial.
- 2.3.4 O reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e apropriações de férias, décimo terceiro salário e encargos incidentes sobre os mesmos foram registrados no decorrer do exercício, atendendo parcialmente o regime de competência.
- 2.3.5 O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangível está previsto e em implantação de acordo com Decreto Municipal n.º 8.380/2016.
- 2.3.6 O registro de fenômenos econômicos, independente ou não da execução orçamentária, está previsto e em implantação de acordo com Decreto Municipal n.º 8380/2016.
- 2.3.7 O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura não foram normatizados pelo Município de Balneário Camboriú até o encerramento do exercício de 2016 e não foi implantado.

- 2.3.8 A implementação do Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) não foi normatizada pelo Município de Balneário Camboriú até o encerramento do exercício de 2016 e não foi implantado.
- 2.3.9 A implantação de controle de estoque/almojarifado foi normatizada pelo Município de Balneário Camboriú e as Unidades Gestoras Fundação Municipal de Esporte e Câmara de Vereadores já iniciaram os registros dos valores pela conta de estoque.
- 2.3.10 Atendendo a nova regra contábil foi realizado ajustes de perdas para a dívida ativa ocasionando uma redução considerável ao ativo.

3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES DE SUPORTE

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) serão elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/1964 atualizadas pela Portaria STN n.º 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) e são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei n.º 4.320/1964, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar n.º 101/2000, as quais são:

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), e
- g) Notas Explicativas.

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei n.º 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN n.º 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

3.1 Balanço Orçamentário (Anexo 12)

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do PCASP.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária e é composto por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- c) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

No Quadro Principal, são apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Segue abaixo resumo do resultado apurados

Quadro 1 – Receitas e Despesas

RECEITAS		DESPESAS	
Prevista	614.176.271,73	Prevista/Atualizada	809.175.722,35
Realizada	726.310.099,74	Realizada	676.477.061,59
Resultado	112.133.828,01	Resultado	132.698.660,75

No exercício foram realizados 118,26% das previsões de receita e 83,60% do orçamento das despesas devidamente atualizados, demonstrando equilíbrio entre receitas e despesas realizadas. O quadro demonstra ainda que o resultado orçamentário apurado no exercício de 2016 foi superavitário na importância de R\$ 49.833.038,15, resultante da diferença entre a execução orçamentária da receita e despesa (R\$ 726.310.099,74 – R\$ 676.477.061,59).

Durante o exercício o município realizou alterações orçamentárias diversas, devidamente previstas na LOA ou autorizadas durante o exercício pelo Poder Legislativo através de leis específicas, que modificaram os valores inicialmente previstos de despesas de R\$ 614.176.271,73 para R\$ 809.175.722,35, importando um aumento de R\$ 194.999.450,62,

oriundos de excessos de arrecadação, superávit financeiro e recursos de convênios, todos em conformidade com art. 40 a 46 da Lei 4.320/64.

No Quadro da Execução dos Restos a Pagar apuramos os seguintes saldos a pagar em 31/12/2016:

Quadro 2 – Restos a pagar

RESTOS A PAGAR	
Não Processados	4.677.660,03
Processados e não processados liquidados	1.511.386,19
Total	6.189.046,22

3.2 Balanço Financeiro (Anexo 13)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, conforme abaixo:

- a) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d) o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

As receitas e despesas do exercício estão apresentadas pelas fontes/Destinação de recursos, segregados em ordinários e vinculados, sendo que os vinculados estão agrupados por áreas de maiores atuações e volume de recursos que são: Educação, Saúde, RPPS e Seguridade Social, as demais fontes estão aglutinadas na linha “demais destinações de recursos”.

Abaixo apresentamos as receitas orçamentárias detalhadamente conforme a especificação de recursos:

Quadro 3 – Receitas por Fontes de Recursos

Nº	Especificação	R\$
00	Recursos Ordinários	248.390.547,47
01	Receitas e Transferências de Impostos - Educação	73.970.318,26
02	Receitas e Transferências de Impostos – Saúde	80.669.806,42
03	Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS	94.164.163,74
05	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	7.620.658,19
06	Recursos Diretamente Arrecadados pela Adm. Indireta e Fundos	95.198.356,84
07	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	176.551,22
08	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	8.094.833,40
09	FIA Imposto de Renda	90.091,97
10	Convênio de Trânsito - Militar	69.840,54
11	Convênio de Trânsito - Civil	104.391,27
12	Convênio de Trânsito - Prefeitura	20.291.131,21
18	Transferências do FUNDEB	53.803.327,30
19	Transferências do FUNDEB	80.322,62
32	Transferências de Convênios – União/Educação	88.747,29
34	Transferências de Convênios – União/Outros	102.385,09
35	Transferências do SUAS/União	607.956,63
36	Salário-Educação	5.904.094,95
37	Outras Transferências do FNDE	1.789.997,10
38	Transferências do SUS/União	32.377.630,34
39	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	381.343,57
64	Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	102.342,63
65	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	71.807,73
66	Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	106.632,63
67	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	1.780.790,80
83	Operações de Crédito Internas - Outros Programas	69.052,66
88	Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	1.188,33
89	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	201.789,54
	TOTAL	726.310.099,74

As despesas também estão demonstradas conforme a fonte de recurso.

Os saldos de caixa e equivalente de caixa tiveram uma variação positiva de um exercício para outro no valor de R\$ 48.677.757,96, transportando para o exercício seguinte a quantia total de R\$ 555.161.859,60, conforme abaixo:

Quadro 4 – Saldo para o exercício seguinte

Especificação	R\$
Caixa e Equivalente de Caixa	243.878.003,57
Investimentos e aplicações temporárias	310.939.703,03
Depósitos restituíveis e valores vinculados	344.153,00
Saldo em espécie para o exercício seguinte	555.161.859,60

Este valor não deve ser confundido com o superávit financeiro apurado no exercício, pois se refere ao saldo de caixa ou valores disponíveis.

Durante o exercício foram inscritos restos a pagar, processados e não processados, na importância de R\$ 46.349.996,27, que deverão ser honrados com os recursos disponíveis em caixa.

As movimentações de transferências financeiras entre as entidades (intra-OFSS), no total geral consolidado foram de R\$ 166.886.883,60.

3.3 Balanço Patrimonial (Anexo 14)

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública:

- ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;
- passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;
- patrimônio líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. As contas do ativo estão dispostas no lado esquerdo do balanço e classificadas em ordem decrescente de grau de conversibilidade enquanto as contas do passivo, estão dispostas ao lado direito do balanço, e classificadas em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

O Balanço Patrimonial é composto por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c) Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

Passamos a destacar os valores conforme a sua ordem no Balanço Patrimonial e sua conversibilidade:

Ativo Circulante

O Ativo Circulante compreende os ativos cuja expectativa de realização seja inferior ao prazo de 12 meses contados a partir da data de elaboração dos demonstrativos contábeis.

3.3.1 O valor em caixa e equivalente de caixa no montante de R\$ 243.878.003,57 representa 40% do total do ativo circulante segregado por entidade de acordo com quadro abaixo:

Quadro 5 – Caixa e Equivalente por Entidade

Entidades	R\$
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	135.230.421,16
Fundação Cultural de Balneário Camboriú	651.754,06
Fundação Municipal de Esportes	330.963,32
Fundo Municipal de Assistência à Saúde do Servidor Público	10.590.355,22
Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros de Balneário Camboriú	3.966.642,71
Fundo Municipal de Assistência Social	1.217.567,90
Fundo Municipal de Saúde	20.736.522,77
Fundo Municipal de Trânsito	12.480.659,35



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Fundo Municipal de Turismo	2.214.299,21
Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor	1.654.549,00
Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente	544.343,14
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	509.736,87
Fundo Municipal do Bem Estar Social	647.613,82
Instituto de Previdência Social dos Servidores do Munic.de Balneário Camboriú	858.986,45
Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú	513.539,23
Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú	51.730.049,36
TOTAL	243.878.003,57

- 3.3.2 Nos créditos tributários a receber estão registrados os valores a receber do RPPS no montante de R\$ 3.339.263,43 sendo o valor de R\$ 2.466.434,47 de operações Intra OFSS, oriundos da apropriação por competências dos encargos sociais.
- 3.3.3 O Valor de R\$ 10.687.122,79 registrados em clientes advém do registro por competência dos créditos a receber da Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú.
- 3.3.4 A dívida ativa de curto prazo, segregada em tributária e não tributária soma R\$ 18.449.578,72 e representa o valor estimado de arrecadação para esta categoria de crédito para os próximos 12 meses. A dívida ativa foi devidamente atualizada e inscrita ao final do exercício e será mais especificada na conta de longo prazo.
- 3.3.5 Os “Demais créditos e valores a curto prazo” no valor total de R\$ 29.790.612,36, são constituídos na proporção de 60%, por valores oriundos de “Créditos por danos ao patrimônio” que estão em apuração de responsabilidade junto a Secretaria de Controle Governamental e Transparência Pública, ainda não haviam sido reconhecidos e identificados até o encerramento do balanço. Os demais valores referem-se a adiantamentos concedidos a terceiros por meio de convênios, suprimentos de fundos e valores diversos.
- 3.3.6 O valor de R\$ 310.944.513,03 registrado em investimentos e aplicações temporárias a curto prazo são oriundos das aplicações financeiras específicas do Regime Próprio de Previdência Social.
- 3.3.7 O valor registrado em estoque advém da Fundação Municipal de Esporte no valor de R\$ 11.954,91 e da Câmara de Vereadores no valor de R\$ 87.107,57.

Ativo não Circulante

O Ativo Não Circulante compreende os ativos cuja expectativa de realização seja superior ao prazo de 12 meses contados a partir da data de elaboração dos demonstrativos contábeis.

3.3.8 Os valores de dívida ativa foram movimentados parcialmente pelo regime de competência devido a estruturação do sistema e do setor. Os créditos foram inscritos e atualizados no mês de dezembro de 2016, conforme relatório de inscrição e saldos repassado pelo setor de dívida ativa. Durante o exercício foram registrados os recebimentos por pagamentos e também os cancelamentos e revisão de créditos oriundos de processos abertos administrativamente, de forma específica.

O total de “Créditos a longo prazo” é composto pelo estoque da dívida ativa tributária e não tributária, apurados em 31/12/2016, no montante de R\$ 499.968.083,41, e ainda pelo valor redutor de “Ajuste para perdas de créditos”, no montante de R\$ 375.963.531,73, apurando um valor líquido de R\$ 124.004.551,68. O valor de provisão da perda da dívida ativa atende as normas contábeis em vigor e foi calculada de acordo com a média ponderada de recebimentos dos últimos três exercícios. A entidade já registra esse ajuste de perda desde o exercício de 2014.

3.3.9 O Ativo Imobilizado está passando por um levantamento e deverá ter sua avaliação inicial apresentada pela comissão somente no próximo exercício. Para definição do método de depreciação foi publicado o Decreto Municipal nº 7.621/2014, que estabeleceu a tabela com os índices de depreciação e definiu a data de corte como sendo dezembro de 2013. De acordo com o Decreto, a partir de janeiro de 2014 todos os bens adquiridos já deveriam ser depreciados a partir de sua aquisição. No exercício de 2016 foram registradas integralmente as depreciações do exercício de 2015 e parcialmente do exercício de 2016. O valor total depreciado no exercício foi de R\$ 2.873.921,90. O valor total do ativo imobilizado é de R\$ 558.735.585,41 e está distribuído conforme abaixo:

Quadro 6 – Composição do Ativo Imobilizado

Ativo Imobilizado	R\$
Bens Móveis	106.507.061,82
(-) Deprec./Amort./Exaustão cumulada de bens móveis	-5.802.437,23
Bens Imóveis	460.221.831,32
(-) Deprec./Amort./Exaustão cumulada de bens imóveis	-2.190.870,50
Total ativo imobilizado	558.735.585,41

Passivo Circulante

3.3.10 O passivo circulante demonstra as obrigações de curto prazo realizáveis no prazo de até 12 meses. De conformidade com o formato da demonstração contábil o passivo circulante está demonstrando apenas as despesas já processadas durante o exercício e anteriores que soma a quantia de R\$ 32.605.980,67, detalhados conforme quadro abaixo:

Quadro 7 – Passivo Circulante

Especificação	R\$	%
Obrigações Trabalhistas	15.611.111,86	47,88%
Empréstimos e Financiamentos	467.100,00	1,43%
Fornecedores	11.328.793,16	34,74%
Obrigações Fiscais	41.072,48	0,13%
Demais obrigações	5.157.903,17	15,82%
TOTAL	32.605.980,67	100%

3.3.11 Resumo do quadro 7: durante o exercício a entidade registrou as apropriações de férias, décimo terceiro salário e encargos sobre os mesmos, procurando atender, mesmo que de forma parcial, o princípio da competência quanto a esses registros. No valor do Passivo circulante está incluso os valores dos precatórios a pagar nos próximos 12 meses, no valor de R\$ 7.017.159,30, representando 21,52% do total do passivo circulante.

Passivo não Circulante

3.3.12 O passivo não circulante compreende as obrigações exigidas após 12 meses e está composto pelos empréstimos e financiamentos conforme especificado abaixo:

Quadro 8 – Passivo Não Circulante

Composição	R\$
CEF Contrato 242.614-22	5.382.501,93
CEF Contrato 293.582-13	1.124.795,37
CEF Contrato 347.116-22	1.016.975,28
CEF Contrato 347.114-03	1.929.796,75
TOTAL	9.954.069,33

3.3.13 As provisões a longo prazo referem-se as Provisões Matemáticas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social.

3.3.14 O valor registrado como resultado diferido de R\$ 4.866,20 é referente aos valores de IPTU relativo ao exercício de 2017 e arrecadado em 2016, em decorrência da nova Instrução Normativa Banco Central Brasil que obrigava o Município a fazer o registro do boleto no Banco Central do Brasil. Os registros desses boletos foram realizados em 2016 e ficou disponível para os contribuintes que tinham Débito Direto Automático (DDA) para realizarem pagamentos do imposto, mesmo sem o devido Lançamento da Receita Tributária. O Valor arrecadado representa 0,004% do total arrecadado de IPTU em 2016.

Saldo Patrimonial

3.3.15 Corresponde ao saldo patrimonial acumulado das atividades do Município, apurado no exercício e em exercícios anteriores no valor total de R\$ 784.162.959,00.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

3.3.16 O quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes apresenta os elementos dos dois grupos de acordo com a Lei nº 4.320/1964, que confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, evidenciando dessa forma a dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem. Neste quadro podemos apurar também o real valor do resultado financeiro, que é a diferença entre o ativo e passivo financeiro. No encerramento do exercício de 2016 foi verificado um resultado superavitário, de forma consolidado, englobando todas as entidades do município, no valor de R\$ 497.692.396,02.

Demonstrativo Superávit/Déficit do exercício

3.3.17 O quadro de apuração do Superávit/Déficit Financeiro, demonstrado logo abaixo do quadro das compensações, especificados os saldos finais do superávit apurado no exercício conforme a fonte de recurso, se ordinários ou vinculados. Conforme já mencionado o superávit financeiro apurado no exercício foi de R\$ 497.692.396,02.

Passivo Contingente

3.3.18 Durante o exercício a entidade registrou o valor de R\$ 107.607.730,50, como passivo contingente, proveniente do saldo a pagar conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 3.936/2016, com a seguinte ementa: **“Autoriza o Poder Executivo Municipal firmar acordo judicial parcial nos autos da Ação de Desapropriação - Processo nº 0000381-39.1989.8.24.0005, em que são partes o Município de Balneário Camboriú e a Empresa Imobiliária Ypuã LTDA, e dá outras providências.”** Este valor não está demonstrado no balanço por ainda representar uma previsão de passivo contingente, conforme entendimento. De acordo com o art. 3º da Lei n.º 3.936/2016, que dispõe sobre a fixação dos valores a serem indenizados ao expropriado, o valor total da desapropriação foi fixado no montante de R\$ 119.564.145,00, a ser pago em seis parcelas, sendo o primeiro

pagamento na porcentagem de 10% já realizado no dia 30/06/2016 e o saldo restante a ser parcelado nos próximos 5 (cinco) anos.

O saldo remanescente foi contabilizado como Passivo Contingente em virtude do teor do Inciso III, Art. 3º da Lei Municipal n.º 3.936/2016, que atribuiu ao chefe do poder executivo eleito para o mandato seguinte, através de manifestação expressa de vontade, por meio de projeto de lei específico, assumir a obrigação ratificando-a por lei até o dia 28 de fevereiro de 2017.

3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15)

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

A análise do desempenho da administração pública mostra que o município gerou um resultado patrimonial negativo de R\$ 22.378.277,39, apurado pela diferença entre as variações quantitativas, aumentativas e diminutivas verificadas no exercício.

Entre as variações constam ainda as variações qualitativas demonstradas conforme quadro a seguir:

Quadro 9 – Variações Qualitativas

Composição	R\$
Incorporação de ativos	110.748.356,43
Desincorporação de passivos	651.125,01
Incorporação de passivos	69.052,66
Desincorporação de ativos	13.570.408,14
Variação Líquida	13.570.408,14

3.5 Demonstração do Fluxo de Caixa (Anexo 18)

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A DFC é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta



Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos. Esta Demonstração permite a análise da capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Dentre as movimentações realizadas a demonstração apresenta que a geração de caixa no período foi positiva no valor de R\$ 554.817.706,60 deixando saldo para o exercício seguinte no montante de R\$ 554.817.706,60.

Balneário Camboriú, 31 de dezembro de 2016.

GUSTAVO MANOEL ESPÍNDOLA

CONTADOR CRC/SC-031226/O-0